

Declaração Política

Mudança de paradigma na gestão financeira da Região

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente e Membros do Governo,
Açorianos,

Reduzir a pobreza, realizar os sonhos de quem escolhe viver nestas ilhas e aumentar a sua população residente só é possível se houver crescimento.

Ao contrário do que parece ser mais intuitivo, o caminho para a criação de riqueza e de bem-estar social depende muito mais da forma como se alocam os recursos do que da sua quantidade inicial.

Por isso é que economias livres em territórios inóspitos conseguem prosperar e territórios ricos em recursos naturais, mas com maior peso do governo na economia, se mantêm na pobreza. A Estónia, a Islândia ou a Irlanda são exemplos recentes de sucesso.

Não temos petróleo, mas temos mais de 40 anos de fundos comunitários e melhores condições edafoclimáticas do que qualquer um deles.

Anualmente, o Governo Regional é responsável por uma alocação de capital de 40% do PIB regional, dos quais aproximadamente 45% são fundos comunitários ou transferências do Estado.

Mesmo assim, a dívida da Região é superior a 68% da riqueza gerada pelos açorianos e aumentou mais de 60% só nos últimos 3 anos.

Isto significa que andamos a contruir uma Região duplamente alavancada por fundos e por dívida. Uma combinação perigosa para o futuro destas ilhas, que todos amamos!

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

Na 1ª intervenção do FMI em Portugal, em 1977, Mário Soares afirmou que foi *“a irresponsabilidade de certas intervenções estatais, como se o estado tivesse capacidade e saber para a tudo acudir, um dos fatores que levou à destruição do aparelho produtivo e à tessitura da economia portuguesa”*.

Eu questiono quem de entre nós acredita que o governo é melhor a alocar recursos do que a média da economia?

É muito difícil ser-se melhor do que a média na alocação de capital.

O governo corre com o dinheiro dos contribuintes europeus e nacionais ou das gerações vindouras que pagarão a dívida, riscos que a iniciativa privada não quer correr com o seu próprio dinheiro.

É difícil imaginar uma maneira mais perigosa de tomar decisões do que deixá-las nas mãos de pessoas que não pagam o preço por estarem erradas.

Ou seja, o risco é maior, mas o custo de capital é menor.

Por isso, os investimentos públicos, as linhas de crédito ou os apoios lançados pelo governo desperdiçarão muito mais capital e recursos do que os empréstimos e investimentos privados.

Em suma, a longo prazo, não aumentam a produção regional e encorajam o mau investimento.

E as recessões acontecem exatamente porque houve destruição de capital e sucedem períodos de crédito barato. A história teima em repetir-se!

A política de poupança não só é no melhor interesse de cada pessoa, como também é no melhor interesse do país.

Cada euro gasto pela iniciativa privada, seja em bens de consumo ou em bens de capital, cria em cada momento, tanto emprego como cada euro gasto pelo governo.

A diferença está na forma como o capital é alocado.

Os apoios concedidos pelo governo estimulam um número maior de investimentos especulativos que não podem continuar a não ser nas condições artificiais que os fizeram nascer.

No longo prazo, serão necessárias novas linhas de crédito governamentais ou novos quadros comunitários para os sustentar. Com isso, o governo cria a ilusão de uma região mais rica, tal como adicionar água ao leite cria a ilusão de que há mais deste bem.

Os fundos comunitários, repito, são como recursos naturais não renováveis.

Países como a Noruega usam os rendimentos desses recursos para comprar negócios noutras partes do mundo que continuarão a gerar lucros por muitos anos depois de o petróleo acabar.

Por cá, é tão irresponsável acreditar que os fundos continuarão a crescer ano após ano, tal como foi irresponsável por parte daqueles bancos internacionais que recentemente declararam falência não terem acautelado a subida das taxas de juro após anos atípicos de baixos juros.

Nós temos uma guerra para vencer na Ucrânia, Senhoras e Senhores Deputados!

Temos um país para reconstruir das cinzas.

Temos outros países mais pobres do que nós que irão aderir à União, nos próximos anos.

E envergonha-me como Açoriano que, enquanto jovens da minha idade morrem lutando o inimigo mais perigoso do novo século, o nosso Governo, os nossos representantes na União Europeia, tudo

o que têm para contribuir para o projeto Europeu seja pedir os mesmos e mais fundos para a Região e alegar que “não há condições orçamentais para a adesão de novos países”.

Os desafios que enfrentamos hoje cruzam linhas divisórias entre partidos. A escolha não é entre esquerda ou direita, senão entre crescer ou decrescer. Crescer para os 300 mil habitantes ou decrescer até aos 200 mil, seguindo a tendência dos últimos censos.

Podemos negociar a utilização dos fundos europeus para pagar a nossa dívida, reduzir custos operacionais, indemnizando quem sofrer com os cortes, ou investir à semelhança de outros fundos soberanos.

Ou podemos continuar, ano após ano, a discutir o relatório do Tribunal de Contas que diz que a situação das finanças públicas da Região está cada vez pior...

Podemos ter uma Região mais amiga do investimento externo e onde resta mais capital disponível para as famílias investirem e providenciarem o seu futuro, deixando mais riqueza às gerações vindouras e, portanto, um melhor ponto de partida...

Ou podemos continuar as políticas de destruição de capital que resultam no estado a que chegamos: uma Região desertificada onde se vive para pagar contas e impostos.

O futuro é incerto, mas a esperança é liberal!

Disse.

Açores, 11 de julho de 2023

O Deputado,

José Luís Parreira

